

# Na Queda do “Muro”...

Abel Cabral Couto

*TGen (Ref) – Antigo Director do IDN*

## Resumo

O artigo tem por objectivo evidenciar aspectos relevantes no que concerne à possibilidade de um novo projecto normativo para o IDN, à manutenção da natural vocação do Instituto no sentido de promover e desenvolver um espaço de formação e contacto entre elites e reforçar a sua orientação para a sensibilização das elites e da sociedade em geral, para os grandes problemas da segurança internacional e da Defesa Nacional.

O autor chama ainda a atenção para a interligação entre o Instituto, a sociedade civil e a comunidade científica e para o valor acrescido que um Instituto com o perfil como o do IDN deverá assumir num momento de profundas alterações do cenário mundial e de evidentes consequências para Portugal.

## Abstract

*The article stresses important issues related with: an eventual future new normative project for the National Defence Institute; the need to maintain the Institute as a primary space to promote and form elites, reinforcing its orientation to outline within the elites and the society in general the main problems in the field of international security and national defence.*

*The author emphasizes the importance of keeping a strong bond between the Institute, the civil society and scientific community on a moment of profound international changes with evident consequences over Portugal.*

Fui Director do IDN desde Dezembro 1989 a Julho 1993. O meu conceito de acção inicial foi naturalmente influenciado pelo facto de ter colaborado assiduamente com o IDN desde a sua fundação e ter sido seu subdirector em 1980/82, praticamente ainda na fase de arranque, após a sua reabertura e entrada em plenas funções. Os principais objectivos que estabeleci foram:

- (a) Rever o projecto da nova legislação relativa ao IDN, que estava em vias de aprovação, mas da qual discordava em pontos essenciais, de forma a fazer vingar a missão e orgânica que advogava para o IDN, à luz das soluções mais avançadas a nível mundial.
- (b) Conforme orientação do Ministro da Defesa Nacional, Eng. Eurico de Melo, alargar, na extensão possível, o espaço de intervenção do IDN por forma a manter ou desenvolver, em especial nas “forças vivas” e elites, a consciência e o espírito de defesa e a sensibilizá-las para os grandes problemas da segurança internacional e da Defesa Nacional.
- (c) Aperfeiçoar a inserção do IDN na sociedade civil e na comunidade cultural.
- (d) Dada a alteração da situação estratégica mundial em curso, desenvolver a reflexão sobre os novos cenários potenciais e eventuais consequências para Portugal e reajustar, em conformidade, os planos de Cursos e de outras actividades.

Desde há muito é reconhecido que o País se debate com uma deficiente integração funcional das Forças Armadas, em parte em consequência de um corporativismo dos Ramos (que nada tem com um saudável e desejável “espírito de corpo”), que o poder político não tem querido ou sabido debelar e em parte por falta de cultura de defesa. Por outro lado, no campo operacional, há muito que é parco o espaço para operações isoladas de qualquer dos Ramos. As Operações são, em regra, conjuntas, ou mesmo também combinadas, no quadro de alianças formais ou informais, assim como são conjuntos/ /combinados os quartéis-generais (comandos e estados-maiores) que as planeiam e dirigem, com base no conhecimento, treino e aplicação de uma doutrina militar conjunta comum. Ora só é possível dispor de quadros capazes de planearem e participarem em operações conjuntas, com a máxima eficácia, – a qual exige doutrina comum, coesão, conhecimento recíproco e hábitos de trabalho em conjunto, se existir um estabelecimento de ensino capaz de produzir doutrina, ensaiar métodos e táticas, prospectar cenários de actuação, sedimentar conhecimentos e experiências, fomentar a camaradagem, realizar cursos e desenvolver hábitos de trabalho em comum, numa base permanente e estável. Esse estabelecimento deve ser ainda o elemento-chave de uma “cultura de Forças Armadas”, pelo

menos para os quadros superiores, que envolva e integre a “cultura de Ramo”. Assim, a existência de um “Instituto Superior das Forças Armadas” – no estrangeiro frequentemente chamado “Colégio de Defesa”, embora impropriamente –, sem prejuízo da manutenção dos actuais Institutos Superiores dos Ramos e visando completar a acção destes, é uma exigência há muito considerada prioritária pelos mais atentos a esta problemática.

O IDN foi reaberto, após a sua extinção durante o PREC, no espírito de uma das concepções mais avançadas de Defesa Nacional e que acabou por ter, em larga parte, acolhimento na LDNFA. Mas, embora inspirando-se no modelo francês, o legislador não o adoptou na íntegra, talvez porque o Estatuto foi promulgado num período que se sabia ser de transição e se ignorava qual o enquadramento legislativo e organizacional que, findo aquele período, se iria verificar a montante, no âmbito da Defesa Nacional. Assim, a função “Forças Armadas” ao lado da função “Defesa Nacional”, que se verificava em França, num mesmo espaço físico, com um mesmo Director e beneficiando de serviços de apoio comuns, não foi assumida claramente pelo legislador.

Todavia, a porta foi deixada aberta a tal solução, no futuro, na medida em que o referido Estatuto definia ligações com os Institutos dos Ramos para efeitos doutrinários e de apoio de assessores e permitia a realização de cursos ou estágios para oficiais superiores das Forças Armadas. Ao abrigo desta legislação, e na dependência do EMGFA, o IDN funcionou na realidade, embora tímida e precariamente, também como Instituto das Forças Armadas, nele se realizando, todos os anos, o chamado “Estágio Inter-Forças” e, em alguns anos, pequenos cursos do tipo de estado-maior ou monográficos, para oficiais superiores dos três Ramos.

A criação do MDN, na verdadeira acepção da palavra, alterava a dependência do IDN; a perda do apoio dos serviços militares implicava uma nova estrutura administrativa e a expansão dos serviços de apoio. Por outro lado, não existia ainda enquadramento legal para o polo do Porto, já em funcionamento. Daí a necessidade de reformular, em novos moldes, a legislação básica do IDN. Considerou-se que se deveria aproveitar o ensejo para se resolver um “problema histórico”, assumindo-se claramente o modelo francês por ser o mais económico e coerente e de mais fácil implementação, devido à experiência e rotinas já acumuladas. Mas, para tentar contornar susceptibilidades bem conhecidas e preconceitos doentios, evitavam-se as “grandes designações” Assim, e resumindo, propunha-se uma reorganização do IDN que, além dos Departamentos de Investigação e de Apoio e da Delegação do Porto, assentasse nos seguintes órgãos:

- Departamento de Estudos de Defesa Nacional, encarregado da realização do Curso de Defesa Nacional e de seminários, conferências, etc, sobre temas relativos à segurança mundial e regional e à Defesa Nacional;

- Departamento de Estudos Militares, encarregado da realização de cursos ou estágios inter-forças, incluindo de estado-maior e monográficos, destinados a quadros superiores das forças armadas.

Por razões várias, a proposta não venceu. Com grande esforço, conseguiu-se manter uma abertura à continuação da realização de estágios para quadros das forças armadas. Mas mesmo esta possibilidade deixou de ser explorada. Em consequência, o produto do IDN diminuiu, embora, com o empoamento dos serviços, os custos aumentassem significativamente. Regrediu-se e Portugal continuou a ser o único país da NATO em que não existe uma verdadeira preparação conjunta dos quadros superiores das Forças Armadas. A solução, de recurso, em que se acabou por cair para a realização do chamado “Estágio Inter-Forças”, para futuros oficiais-generais, é talvez original a nível mundial, mas não é digna de qualquer apreciação crítica.

Numa das reuniões anuais dos comandantes ou directores dos Colégios de Defesa dos países da NATO, tomei conhecimento de que a RFA (que dispunha, como a maior parte dos países, apenas de Institutos das Forças Armadas e dos Ramos), ia criar um outro Instituto, de Política Externa e Defesa, em moldes originais. Tal Instituto ficaria sob a tutela conjunta dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, inclusive para efeitos orçamentais, e seria dirigido alternadamente por um oficial-general e por um embaixador. Destinava-se a organizar cursos intensivos de relativamente curta duração (no máximo um mês), sobre grandes questões internacionais de interesse para a RFA, a frequentar por quadros superiores dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, das Forças Armadas, das grandes empresas, de órgãos da comunicação social, de ONG’s com vocação internacional, etc. Pôr a reflectir e a trabalhar em conjunto os dois principais instrumentos da afirmação externa do Estado - o diplomata e o soldado - pareceu-me uma ideia interessante. Quando comecei a aperceber-me da dificuldade de ver aprovado o “modelo francês”, que advogava, considerei o “modelo alemão” como uma alternativa possível para o IDN. Acresce que o MNE tencionava criar uma estrutura para aperfeiçoar a preparação dos seus quadros e que o IDN se situava nas imediações, o que facilitaria uma acção em comum. Assim, fiz eco da hipótese junto do MDN e à mesma cheguei a fazer referência numa alocação de abertura de ano lectivo. Mas em breve tomei conhecimento de que eram muito diferentes os planos do MNE e me apercebi de que o MDN teria dificuldade em apoiar qualquer proposta nos moldes do “modelo alemão”, pelo que a ideia não chegou a ter expressão formal.

Anteriores Direcções tinham elaborado um projecto de ampliação das instalações do IDN, visando essencialmente uma melhoria das condições do apoio de serviços. O projecto

chegou a ser inscrito no PIDDAC. Pareceu-me prudente não pressionar a execução do projecto, até que a futura legislação estabelecesse as missões e a nova orgânica do IDN. Por outro lado, por razões confessáveis - protecção(?) da Tapada das Necessidades - e inconfessáveis - em frente da pequena área de expansão viviam personalidades gradas da política - o projecto veio a ser objecto de forte contestação local, politicamente explorada, e que chegou à AR. Naturalmente, eram também outras as prioridades da nova equipa ministerial. Em consequência o projecto caiu num "ponto morto". As carências de instalações foram atenuadas por outras vias. Procurou-se salvaguardar a possibilidade de uma futura expansão vedando a zona de terreno que havia sido atribuída ao IDN, abrindo uma ligação de serventia para a mesma. Considerou-se ainda a implantação de um pavilhão pré-fabricado que, pelas suas dimensões e discrição, ficasse ao abrigo das principais objecções que, pelo movimento de contestação, haviam sido formuladas ao projecto inicial. Tal permitiria resolver algumas carências mais instantes (arquivo "morto", depósito de publicações, armazenagem de materiais, etc.). Mas entendeu-se que certos condicionamentos políticos não eram favoráveis, pelo que a ideia não teve andamento.

Ainda no domínio das instalações, deve ser referido o problema da Delegação do Porto. Este nasceu da congregação de vontades de "forças vivas" e de personalidades locais que se comprometeram a assegurar instalações e o apoio de serviços estritamente indispensável, traduzido por um pequeno núcleo de pessoal militar para os serviços de secretariado, de tesouraria e de transportes e por três viaturas e sua manutenção. Neste conformidade, a Delegação foi instalada em parte do edifício da extinta Junta Distrital do Porto, em condições consideradas com suficiente funcionalidade e dignidade. Mas, em consequência de alterações na relação de forças políticas locais e de reduções contínuas nos orçamentos e efectivos militares, os compromissos de apoio foram-se esboroando e vim a ser confrontado com a necessidade de ter de evacuar, num prazo pouco dilatado, as instalações que a Delegação ocupava.

Para se solucionar o problema surgido, começou-se por encarar o recurso ao quartel da antiga Casa de Reclusão, que estava devoluto, e que, com algumas obras simples de adaptação, poderia proporcionar condições aceitáveis. Além disso, era de boa acessibilidade, dispunha de facilidades de estacionamento e tinha uma localização central. Mas, por sondagens efectuadas junto de antigos e de potenciais auditores, o recurso a um "quartel" não era de aceitação pacífica. Acresce que aquele estabelecimento militar era objecto de várias apetências, dadas as suas características e localização. Acabou-se por voltar a atenção para o Castelo da Foz, conjunto histórico que, com outra finalidade, havia sido objecto de trabalhos de recuperação essenciais - cobertura, portas e janelas exteriores e

zona interior da frontaria – levados a efeito pelo comando da RMN. Mas o resto do edifício encontrava-se praticamente reduzido a paredes descarnadas. Como quaisquer obras a realizar seriam demoradas, houve que recorrer, em emergência, à colaboração da Delegação da CVP no Porto, que facilitou a utilização de parte das suas instalações, a título temporário, sob condições consideradas generosas.

O Castelo da Foz era também objecto de interesses variados, estranhos ao Ministério da Defesa. Julgava-se possível conciliá-los sem prejuízo de uma instalação funcional da Delegação do IDN. Dado o interesse histórico do conjunto arquitectónico e a possibilidade de utilização de parte substantiva do mesmo – para fins culturais e fruição da comunidade, considerava-se possível obter o apoio de fundos da UE para a sua total recuperação, desde que a candidatura a tais fundos fosse devidamente fundamentada e suportada por um projecto de qualidade. Tal permitiria ainda que o MDN viesse a dispor, no Porto, de um espaço condigno na sua directa dependência.

Mas a opção pelo Castelo da Foz foi decidida no final do meu mandato, pelo que desconheço os passos que conduziram à actual situação.

Era já significativo o número de ex-auditores que desempenhavam funções docentes em Universidades, presidiam a autarquias e pertenciam a CCR's ou a organizações de relevo. Pensou-se, por conseguinte, em aproveitar essa rede para ligação e estabelecimento de contactos exploratórios com potenciais apoios, para se dar corpo à orientação ministerial sobre o alargamento da acção do IDN, estendendo-a ao grosso do País. Para o efeito, organizaram-se Seminários, com a duração de uma semana sobre os principais problemas internacionais e nacionais, no âmbito da segurança e defesa, e com temas na medida do possível adaptados a preocupações locais. Tais Seminários foram normalmente realizados em estabelecimentos de ensino superior e, como é timbre do IDN, contava-se com a colaboração de conferencistas de reconhecido prestígio. Os Seminários dirigiam-se a docentes de todos os graus de ensino, quadros militares e das forças de segurança da região, dirigentes de organizações humanitárias, empresários, elementos de OCS regionais, estudantes universitários, etc. Em regra, realizaram-se dois Seminários deste tipo por ano em períodos considerados adequados, tendo em atenção os condicionismos locais. A iniciativa teve um sucesso variável em grande parte dependente do efectivo empenhamento da entidade acolhedora e do grau de sensibilização previamente conseguido, durante os contactos preliminares efectuados por um delegado do IDN.

Além destes Seminários, foram realizadas, ao longo do País incluindo as Regiões Autónomas, conferências sobre temas de segurança e defesa, explorando oportunidades

circunstanciais (visitas de estudo, efemérides comemorativas, etc.). Desta forma, alargou-se significativamente a acção e a imagem do IDN, desenvolveu-se, fora dos grandes centros, o desejo pela frequência do Curso de Defesa Nacional e alargou-se o campo de potenciais colaboradores, por um melhor conhecimento de valores locais. Em consequência desse melhor conhecimento do IDN, este ou os seus assessores passaram a ser mais frequentemente solicitados para colaborarem em iniciativas locais, de interesse para a defesa.

Desde a sua abertura, o IDN soube constituir-se num espaço privilegiado de análise e discussão das principais questões internacionais e nacionais e de tolerância e convivência democráticas, na observância duma rigorosa independência política e duma postura ética inatacável das suas Direcções e assessores. Creio que a rapidez da consolidação da democracia em Portugal algo deve ao IDN, dívida porventura ainda não devidamente reconhecida. Os comportamentos nas actividades desenvolvidas no IDN foram-se regendo por três regras simples, semelhantes às da Chatham House:

- (a) Tudo pode ser discutido, comentado ou criticado, desde que com elevação e recta intenção, e desde que não se ataquem as instituições democráticas ou pessoas ausentes ou os objectivos constitucionais da Defesa Nacional.
- (b) As intervenções de membros dos órgãos de soberania são sempre *of record*, a não ser que aqueles assumam expressamente uma posição contrária.
- (c) O que se discute em espaços reservados “morre” ao transporem-se as portas de saída, a não ser que a Direcção assuma posição contrária. O que é certo é que, apesar da delicadeza de muitos assuntos tratados e do calor de vários debates, não tenho memória de, no IDN, se ter verificado qualquer “fuga de informação”. Assim tem sido possível obter a maior abertura por parte dos conferencistas.

Consequentemente, procurou-se alargar e explorar este capital de prestígio, de confiança e credibilidade e de serviço público. Entre as medidas mais significativas para o efeito adoptadas, recordarei as seguintes:

- franqueamento gratuito de instalações do Instituto, em especial do seu Auditório, a iniciativas de reconhecido interesse público, levadas a efeito por organizações tuteladas pelo Estado;

- estabelecimento de vários protocolos com Universidades, públicas e privadas, com vista a colaborações no âmbito da utilização de recursos humanos, da realização de iniciativas de interesse comum e da troca de bases de dados de natureza cultural e científica;
- livre acesso à Biblioteca do IDN de estudantes universitários, em especial das licenciaturas em Relações Internacionais, História e Ciência Política, bem como de docentes;
- promoção, com o apoio financeiro extraordinário do MDN, de um projecto de investigação sobre “gestão de crises”, levado a efeito em colaboração com o LNETI, sob a orientação do Gen. Bispo, da Força Aérea;
- em colaboração com o ISCTE, e com o apoio de verbas extraordinárias do MDN, realização de sondagens periódicas à opinião pública, sobre questões de Defesa Nacional;
- alargamento do leque de colaboradores, exclusivamente segundo critérios de competência, e de forma a, na medida possível, se evitarem “cristalizações”;
- realização de acções comuns com outras organizações sobre temas de interesse para a Defesa Nacional citando-se, a título de exemplo, seminários levados a efeito com a Comissão da Condição Feminina e que contribuíram para aplanar o caminho à possibilidade de extensão do serviço militar ao sexo feminino, notável rotura cultural que se processou com naturalidade;
- acesso livre, em regra, a conferências e seminários realizados no Auditório;
- recurso a uma mais intensa colaboração de antigos assessores civis do IDN, todos personalidades de elevada qualificação e prestígio e desempenhando funções de relevo;
- estreitamento das relações com a AACDN<sup>1</sup>, com vista a uma útil sinergia de potencialidades.

Finalmente, procurou-se desenvolver a actividade editorial do IDN, promovendo-se, a par da publicação com regularidade da Revista “Nação e Defesa”, a edição de outras monografias, sobre temas de segurança e defesa, na linha de acção de anteriores Direcções.

---

1 Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional.

No período de 1989/93 verificou-se a queda do “Muro de Berlim”, da “cortina de ferro” e do regime comunista nos países de Leste, a extinção do Pacto de Varsóvia e a implosão da URSS, a forte instabilidade na Argélia, a guerra do Golfo, o fim do regime de segregação racial na RAS e perspectivas de resolução dos conflitos israelo-árabe. Em Moçambique e em Angola, a aceleração da integração europeia e o alargamento da acção da ONU na preservação da paz, etc. Foi, por conseguinte um período extremamente dinâmico, de grande instabilidade estratégica, que pôs em causa os quadros tradicionais de referência. Houve, pois, que incentivar e desenvolver um forte esforço de reflexão, tendo em atenção as missões do IDN. Em conformidade, promoveram-se vários seminários, ciclos de conferências e debates, frequentemente com a participação de especialistas estrangeiros, como é habitual no IDN. Mas, para lá da preocupação habitual com as relações Leste-Oeste e a Aliança Atlântica, aprofundou-se a reflexão sobre outras áreas e domínios, tais como a bacia do Mediterrâneo, o Norte de África, a cooperação com os PALOP, as operações de paz, a evolução da integração europeia e a segurança e defesa, etc. Houve também que reajustar os planos de cursos e de outras actividades, bem como a base de conferencistas e o material de apoio.

Em face de tão profunda alteração do quadro internacional, considerou-se conveniente proporcionar uma reciclagem aos antigos auditores dos Cursos de Defesa Nacional em tal interessados. Organizou-se um Seminário intensivo, com a duração de uma semana, centrado nas principais mudanças da situação internacional e nas potenciais consequências para Portugal, o qual contou com a colaboração de especialistas nacionais e estrangeiros e de membros do Governo. A iniciativa teve uma adesão maciça de ex-auditores e o maior sucesso, tendo servido ainda para reforçar os laços inter-cursos e com o IDN. Em vista desse sucesso, entendeu-se que tal actividade deveria passar a ser levada a efeito de dois em dois anos.

No período de 1975/82 as Forças Armadas, em resposta à radical alteração verificada na situação político-estratégica do país, sofreram, por iniciativa própria, uma profunda reorganização, ainda hoje mal conhecida e avaliada. Sem estar estabilizada tal reforma, a profunda alteração da situação estratégica internacional iniciada com a queda do “Muro de Berlim” exigia uma nova postura e filosofia de acção e, consequentemente, um novo impulso reformador. Dele foi intérprete o Ministro Dr. Fernando Nogueira que, além de criar efectivamente o Ministério da Defesa Nacional, imprimiu a este um invulgar dinamismo, visando levar a efeito um programa de acção consistente, estruturado e calendarizado. Passível de algumas críticas, como toda a obra humana, pena foi que, por razões conhecidas, tenha ficado por concretizar muito da parte mais substantiva do projecto: a dos meios.

Quis o Ministro que a política de Defesa Nacional a concretizar fosse precedida/acompanhada de um amplo debate público, tendo encarregado o IDN de o planejar, programar e levar a efeito. O Ministério limitou-se a conceder o reforço de verbas estritamente necessário. Como sempre, o IDN dispôs de total liberdade de acção quanto à organização dos programas, temas a abordar, escolha de conferencistas e alvos a atingir. Os textos das várias comunicações e das intervenções em debates que foi possível recolher ou registar foram compilados e editados em vários volumes, que passaram a constituir um repositório significativo do pensamento estratégico nacional na última década do século findo. A publicação com celeridade dos referidos volumes reflectiu um esforço notável da equipa editorial do IDN.

A concluir, que dizer em jeito de balanço? Por um lado, exprimir um sentimento de frustração por não ter conseguido que ao IDN fossem atribuídas as missões consentâneas com as suas potencialidades e, portanto, por não ter conseguido contribuir para a resolução de um grave problema das Forças Armadas, em parte devido à prevalência, nas relações civis-militares, de concepções e posturas provincianas, preconceituosas e complexadas e, por outra parte, devido a um nível na cultura de defesa longe ainda do dos países mais evoluídos, do ponto de vista democrático. Caiu o “Muro de Berlim” mas, entre nós, vários “muros” têm ainda de cair...

Por outro lado, manifestar a convicção de que, mercê da qualidade e dedicação do seu corpo de servidores e colaboradores, o IDN se manteve, em termos de filosofia de acção, postura, credibilidade e utilidade, NOS CAMINHOS DA NAÇÃO, não se tendo delapidado o capital de prestígio e de independência acumulado na sua relativamente curta história.